



Integração entre Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Licenciamento Ambiental Municipal (LAM): avanços, limitações e conflitos no Brasil.

Emanoele Lima Abreu

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

emanoelelimaabreu@gmail.com

Caio Arantes Santilli

UFSCar

caiosantilli@hotmail.com

Renata Bovo Peres

UFSCar

renataperes@ufscar.br



INTEGRAÇÃO ENTRE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) E LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL (LAM): AVANÇOS, LIMITAÇÕES E CONFLITOS NO BRASIL

E. L. Abreu, C. A. Santili, R. B. Peres.

RESUMO

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é um instrumento de planejamento que visa prever e diagnosticar as interferências das atividades ou empreendimentos no território e na qualidade de vida da população. É considerado uma etapa significativa do Licenciamento Urbanístico e apresenta interfaces ao Licenciamento Ambiental Municipal (LAM). Porém, por serem de campos disciplinares distintos, suas conexões ainda são limitadas e pouco pesquisadas. Objetivou-se mapear e discutir a produção acadêmica sobre EIV e sua integração com o LAM no Brasil, compreendendo as possibilidades de articulações. Como metodologia utilizou-se a Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS). Foram identificados 173 trabalhos sobre EIV, de 1992 a 2020. Destes, apenas 36 (20%) abordam articulações com o LAM. Verificou-se que, mesmo que haja potencial de aproximações, os dois instrumentos ainda são tratados de forma isolada nos municípios, sendo necessário aperfeiçoamentos nas estruturas administrativas, diretrizes conjuntas, participação social, além da consolidação de novos marcos regulatórios urbanístico-ambientais integrados.

1 INTRODUÇÃO

Os modos de produção das cidades brasileiras, historicamente, pautaram-se por perspectivas progressistas, cujo foco central foi o espaço individual e a propriedade privada. Conduzidos por essa lógica, muitos planos foram elaborados pouco considerando os reais problemas habitacionais e urbanos, o que só agravou questões como a mercantilização da terra, a especulação imobiliária, os impactos ambientais e a segregação socioespacial (Monte-Mór, 2008).

Assim, convivendo com o paradoxo de construir um arcabouço normativo e atender aos interesses do mercado imobiliário e do capital, o planejamento surge no país na tentativa de racionalizar e buscar o disciplinamento dos usos e do ordenamento da ocupação no território. Com isso, surgem também instrumentos de regulação de acesso à terra e de aprovação de projetos e construções, voltados para a cidade legalmente constituída, cuja aprovação, exige análise e autorização da gestão pública, mediante um procedimento administrativo denominado Licenciamento Urbanístico.

O Licenciamento Urbanístico deve demonstrar, com base em estudos técnicos prévios, a viabilidade do projeto urbano, as condições e as medidas necessárias para que o empreendimento se realize de forma adequada no território.

O Estatuto da Cidade (EC) – Lei Federal nº 10.257/2001, considerado marco no planejamento, estabeleceu as diretrizes gerais da Política Urbana no Brasil, ressaltou a função social da cidade e apresentou uma perspectiva ambiental, até então pouco explorada nas políticas públicas urbanas (ABREU *et al.*, 2019). Dentre vários instrumentos, essa lei estabeleceu o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como condição para a aprovação prévia de empreendimentos ou atividades, de iniciativa pública ou privada, com potencial de afetar a qualidade de vida da população das cidades.

O EIV vem sendo reconhecido como um importante instrumento de planejamento e gestão ambiental urbana (Schvarsberg *et al.*, 2016). Tem como objetivo realizar o diagnóstico e a previsão de impactos provocados por empreendimentos ou atividades implantados no meio urbano, bem como indicar medidas de prevenção, correção e mitigação de tais impactos. É, ainda, considerado uma etapa significativa ao processo de Licenciamento Urbanístico e pode apresentar integrações significativas aos processos de Licenciamento Ambiental em âmbito municipal (Tomanik, 2008).

Muito embora a competência para realizar Licenciamento Ambiental Municipal (LAM) tenha sido garantida aos municípios por meio da Constituição Federal de 1888, e posteriormente pela Resolução CONAMA 237/1997, ainda existia muita insegurança jurídica para estes assumirem tal competência. Após a publicação da Lei Complementar 140/2011 observou-se um aumento no número de municípios que passaram a realizar o LAM em seus territórios (Nascimento *et al.*, 2020). Todavia, ainda persistem críticas, sobretudo, quanto à morosidade e burocracia, muitas vezes relacionadas à ausência de uma integração dos órgãos ambientais municipais e as demais secretarias, como a de urbanismo, obras e planejamento (Abreu and Fonseca, 2017).

O Licenciamento Ambiental é um dos instrumentos de gestão ambiental urbana que apresenta mais estreita interface com as políticas urbanas. A legislação urbanística gradualmente vem introduzindo princípios presentes e já internalizados no campo ambiental (Costa, 2008). Portanto, o EIV apresenta potenciais de articulação entre esses setores, otimizando os processos de licenciamento no âmbito municipal.

Contudo, pelo fato do LAM e do EIV serem instrumentos criados por campos disciplinares distintos (com trajetórias específicas de suas políticas urbanas e políticas ambientais), suas articulações ainda são pouco analisadas no campo teórico e pouco experimentadas pelas gestões públicas, o que torna ainda limitadas suas reais possibilidades de integração. Para Freire (2015), persiste, ainda, uma zona de indefinição conceitual que atrapalha a inserção e integração de temas ambientais no EIV, por exemplo.

Diante dessa lacuna, o presente trabalho tem como objetivo mapear e discutir a produção acadêmica sobre Estudo de Impacto de Vizinhança no Brasil, buscando identificar na literatura as possibilidades de integração do EIV com o Licenciamento Ambiental Municipal, compreendendo limitações, conflitos e avanços aos processos de regulação urbano ambiental no Brasil.

2 METODOLOGIA

Visando mapear a produção acadêmica sobre EIV no Brasil, e sua integração com o LAM, a metodologia utilizada foi Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), complementada por

Pesquisa Cruzada e Pesquisa Aleatória. Os *strings* de busca consideraram os termos: “*Impacto vizinhança*” e “*Estudo Impacto Vizinhança*” As bases de dados foram: Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), *Web of Science* e *Scopus*. O recorte temporal contemplou trabalhos publicados até abril de 2020. A tabela 1 apresenta as etapas metodológicas adotadas de forma detalhada.

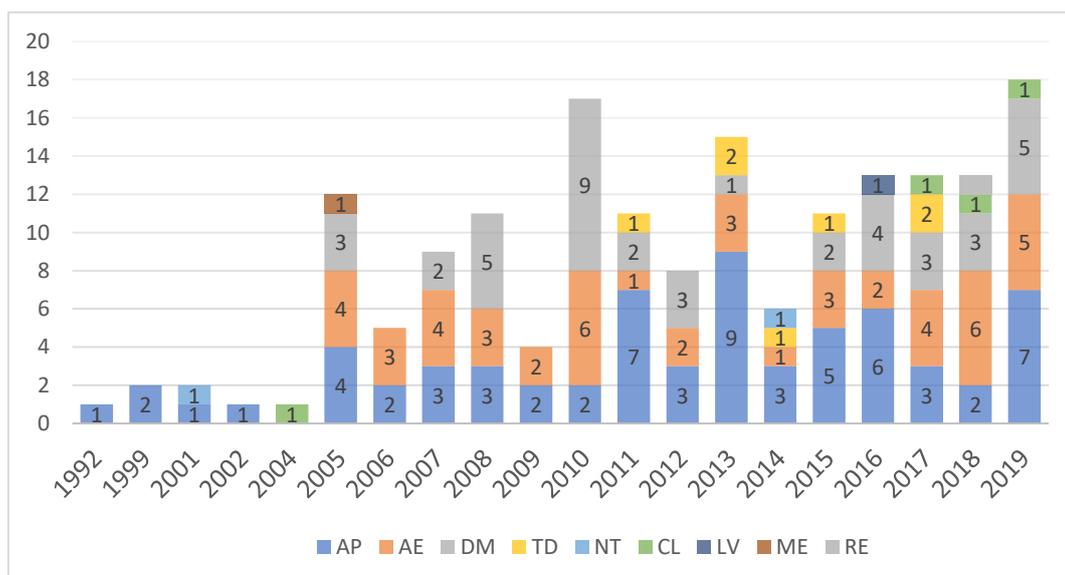
Tabela 1 - Etapas da RBS

Etapa	Descrição	Fontes primárias e produtos gerados
Definição dos strings de buscas	Busca através dos <i>strings</i> : Impacto Vizinhança; Estudo Impacto Vizinhança.	Periódicos CAPES e BDTD
Definição dos critérios de inclusão	Filtro 1 O trabalho fala de análise, estudo, avaliações sobre “impactos de vizinhança” decorrentes de atividades e empreendimentos urbanos?	Arquivamento no Mendeley; Fichamento na planilha no Excel
Leitura de itens essenciais	Leitura: Título, resumo e palavras-chave Aplicação do Filtro 1	Mendeley
Pesquisa Cruzada	Artigos, livros, teses e dissertações citados nos trabalhos fichados na etapa anterior que apresentaram no título os <i>strings</i> . Aplicou-se o Filtro 1 .	Arquivamento no Mendeley; Fichamento na planilha no Excel
Pesquisa Aleatória	Trabalhos encontrados em qualquer etapa da pesquisa que apresentaram no título os <i>strings</i> . Aplicou-se o Filtro 1	Arquivamento no Mendeley; Fichamento na planilha no Excel
Leitura do trabalho completo	Filtro 2 Envolve EIV e LAM? Há articulação entre esses instrumentos?	Planilha no Excel
Análise e discussão	Elaboração de quadro-resumo e gráficos	Documento final

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A produção científica sobre EIV no Brasil

As buscas pelos *strings* “Impacto de Vizinhança” e “Estudo Impacto Vizinhança” Identificaram, ao todo 173 trabalhos, distribuídos em: 66 artigos publicados em periódicos científicos, 49 artigos publicados em anais de eventos científicos, 42 dissertações de mestrado, sete (07) teses de doutorado, quatro (04) capítulos de livro, duas (02) notas técnicas, uma (01) resenha, um (01) livro e uma (01) monografia de especialização (Figura 1).



Legenda: AP – Artigo em Periódico; AE – Artigo em Evento; DM – Dissertação de Mestrado; TD – Tese de Doutorado; NT – Nota Técnica; CL – Capítulo de Livro; LV – Livro; ME – Monografia de Especialização; RE - Resenha.

Figura 1 - Número de publicações por ano e por tipo

Embora o número de trabalhos publicados sobre EIV no país ainda pareça ser reduzido, combina com o que vem sendo encontrado em outros trabalhos de revisão bibliográfica, envolvendo instrumentos ambientais ou urbanísticos, como, por exemplo, os 131 trabalhos sobre Avaliação de Impacto Ambiental, analisados por (Duarte *et al.*, 2017). Todavia, os autores utilizaram apenas publicações em periódicos científicos de impacto, o que não seria possível na presente análise, visto o caráter ainda preliminar dos estudos envolvendo EIV. Situação semelhante encontrada em (Nascimento, Abreu and Fonseca, 2020), onde foram analisados 53 trabalhos sobre Descentralização do Licenciamento Ambiental de diversas naturezas devido ao caráter preliminar dos trabalhos sobre o tema.

As publicações científicas levantadas sobre EIV neste trabalho tiveram início em 1992 e mantiveram-se em pequena quantidade até 2005. A partir desse ano observa-se um aumento do número de publicações, o que pode estar relacionado à aprovação do Estatuto da Cidade e à Campanha Nacional de Revisão de Planos Diretores Municipais (Rolnik, Schasberg and Pinheiro, 2005). Este crescimento expressou-se, principalmente, no aumento de artigos publicados em periódicos científicos, encontrados em todos os anos do período estudado, e em dissertações de mestrado.

O Caderno Técnico de Estudo de Impacto de Vizinhança (Schvarsberg *et al.*, 2016), publicado em 2016 pelo extinto Ministério das Cidades, foi identificado como uma importante referência e que ajudou a expandir o conhecimento sobre o EIV no Brasil, alcançando gestores municipais, pesquisadores e sociedade civil. A partir do seu ano de publicação, a temática do EIV tem mais destaque em artigos de revistas, artigos de congressos e capítulos de livros em formato *e-book* (Colzani and Polette, 2017; Campos, 2018; Chagas and Cordovil, 2019).

Em relação aos métodos de estudos, dos 173 trabalhos levantados, 106 tiveram como metodologia Estudos de Caso, sendo que 81 pesquisaram apenas um (01) município, cinco (05) compararam dois (02) municípios, dez compararam três (03) ou mais municípios. Peres e Cassiano (2019) e Peres *et al.* (2017) pesquisaram 13 municípios de todos os

estados das regiões Sul e Sudeste, enquanto Caetano e Rosaneli (2019) levantaram 381 municípios do estado do Paraná. Foram encontrados, também, pesquisas abrangendo regiões metropolitanas, como as de São Paulo (Barreiros and Abiko, 2016), Belo Horizonte (Merícia, 2018), Vitória (Souza, 2019) e Curitiba (Wütrich, 2016).

Os dez municípios mais pesquisados são, em ordem: São Paulo, Belo Horizonte, Londrina, Porto Alegre, São Carlos, Goiânia, Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro e Uberlândia (Figura 2), todos, com exceção de Goiânia, localizados nas regiões Sul e Sudeste.

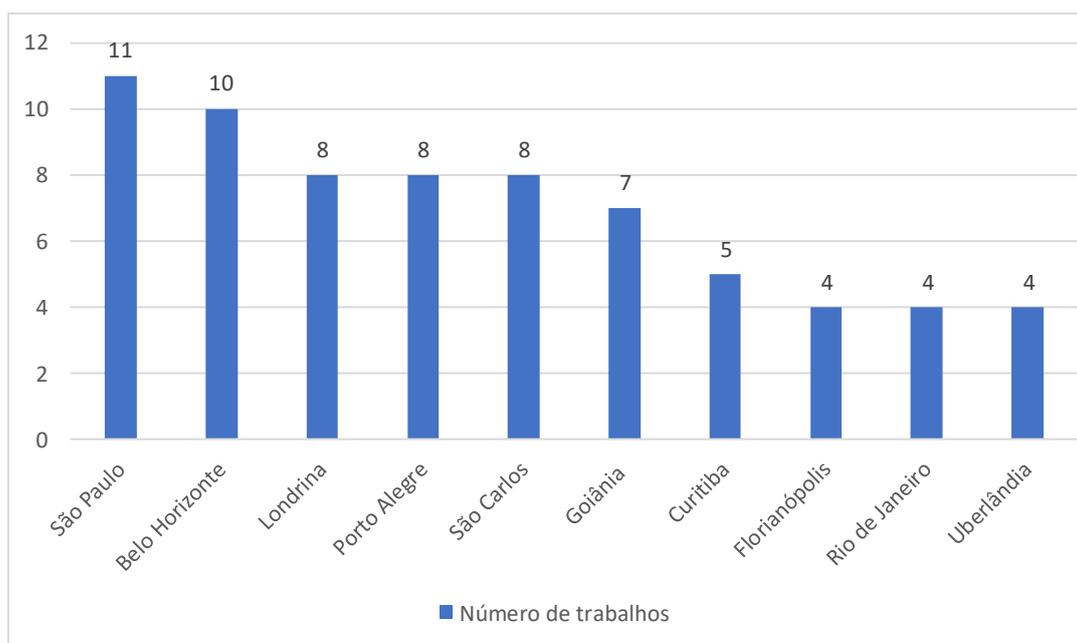


Figura 2 - Estudos de Caso por município

Sessenta e sete (67) trabalhos discutiram aspectos mais teóricos, abordando, por exemplo, semelhanças e diferenças entre o EIA e o EIV (Sampaio, 2005; Prestes, 2006; Reis, 2009; Peres and Cassiano, 2017) o papel do EIV na política urbana municipal (Boratti, 2008; Chamié, 2010; Júnior and Corrêa, 2018), além de sua integração com outros instrumentos.

Em relação à integração do EIV com instrumentos de gestão ambiental urbana, sobretudo o Licenciamento Ambiental Municipal, foco desta pesquisa, as análises são apresentadas no item posterior.

3.2 As articulações identificadas entre EIV e LAM

Após passarem pelo Filtro 2, conforme descrito na Metodologia, permaneceram 36 trabalhos que envolveram, respectivamente a temática do EIV e do LAM e/ou apresentaram articulações entre esses instrumentos. Estes trabalhos são apresentados na Tabela 2 e discutidos a seguir.

Tabela 2 - Produção científica sobre EIV e LAM – string Impacto de Vizinhança

Ano	Autor(es)	Tipo de publicação	Ano	Autor(es)	Tipo de publicação
2004	(Rolnik, 2004)	CL	2015	(Castriota and Veloso, 2015)	AP
2005	(Campos, 2005)	DM	2015	(Estêvez <i>et al.</i> , 2015)	AP
2005	(Prestes, 2005)	AP	2015	(Freire, 2015)	TD
2006	(Prestes, 2006)	AP	2015	(Riani and Trindade, 2015)	AE
2007	(Moreira, 2007)	DM	2016	(Bacellar, 2016)	DM
2008	(Boratti, 2008)	DM	2016	(Cassiano and Peres, 2016)	AE
2008	(Perez, 2008)	DM	2016	(Schvarsberg <i>et al.</i> , 2016)	LV
2008	(Tomanik, 2008)	DM	2016	(Wütrich, 2016)	DM
2009	(Tomanik and Falcoski, 2009)	AE	2017	(Araújo and Campante, 2017)	AE
2010	(Chamié, 2010)	DM	2017	(Paulo, 2017)	DM
2010	(Marques, 2010)	DM	2017	(Peres and Cassiano, 2017)	AE
2010	(Pegoraro, 2010)	DM	2017	(Silva, 2017)	TD
2010	(Silva, 2010)	DM	2018	(Campos, 2018)	CL
2010	(Tomanik and Falcoski, 2010)	AE	2018	(Merícia, 2018)	DM
2012	(Rosa, 2012)	AP	2019	(Abreu <i>et al.</i> , 2019)	AE
2012	(Veloso, 2012)	DM	2019	(Chagas, 2019)	DM
2013	(Pilotto <i>et al.</i> , 2013)	AE	2019	(Peres and Cassiano, 2019)	AP
2014	(Hoshino <i>et al.</i> , 2014)	NT	2019	(Souza, 2019)	DM

Legenda: AE (Artigo em Evento); AP (Artigo em Periódico); CL (Capítulo em livro); DM (Dissertação); LV (Livro); NT (Nota Técnica) e TD (Tese).

Os resultados da produção acadêmica nacional estão relacionados, sobretudo, com a compreensão de como funciona o EIV e quais os limites e potencialidades da sua aplicação nos territórios urbanos. Através da RBS observou-se que ainda existe uma grande lacuna na literatura sobre a integração dos instrumentos EIV e LAM. Apenas Tomanik (2008) teve como objeto de estudo essa integração. Os demais trabalhos apresentam estudos focados no EIV, com discussões pontuais acerca de suas conexões com o LAM ou outros instrumentos de gestão ambiental, como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA).

Alguns autores ressaltam a importância dessas conexões. Chamié (2010) e Tomanik (2010), partindo do histórico de formação e de sua trajetória como um instrumento de mitigação e compensação de impactos no meio urbano, destacam que o EIV tem o potencial de apoiar o licenciamento integrado, aproximando as pautas ambientais e urbanas

nos processos de aprovação de projetos e, por consequência, na gestão do território dos municípios brasileiros, além de tornar o processo mais eficiente. Peres e Cassiano (2017), complementam que, na medida em que o EIV é incorporado pela legislação municipal, surgirão indagações em relação à sua aproximação com outros instrumentos de gestão urbano-ambiental, como o LAM, e a necessidade de sua integração.

Outros trabalhos apresentam Estudos de Caso de municípios que implementaram formas de integração entre instrumentos de gestão urbana e ambiental. Alguns apontam a ausência dessas medidas como um dos principais entraves para o funcionamento dos processos de LAM e LU. A seguir alguns exemplos de municípios que, de acordo com a literatura, têm integrado esses dois processos.

Em Porto Alegre (RS), referência nacional em relação à gestão ambiental municipal, o EIV, anteriormente denominado de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), é compreendido como um valioso instrumento de avaliação de impactos com ênfase nos aspectos urbanístico e se apresenta na rotina do licenciamento na administração municipal (Rosa, 2012). Nesse município, o EIV busca, também, ultrapassar as limitações do modelo convencional de planejamento urbano, subsidiando o processo de LAM (Hoshino *et al*, 2014). Desde 1999 a LU (emitida pela Secretaria de Obra e Viação) e a LAM (emitida pela Secretaria de Meio Ambiente) são compatibilizadas, além de existir um Licenciamento Único para empreendimentos de baixo impacto (Pegoraro, 2010).

Para Pilotto *et al* (2013), o EIV deve ser compreendido no âmbito do conjunto da legislação urbanística municipal, PD, Planos Regionais e Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), além de articular-se entre os diversos instrumentos de licenciamento urbano-ambiental de São Paulo (SP) (Pegoraro, 2010; Silva, 2010; Pilotto *et al*, 2013)

Em Belo Horizonte (MG), a união dos aspectos urbanístico e ambiental foi introduzida ainda na década de 1990 com o PD e a LOUS, fortalecendo o conceito de ambiente-urbano (Moreira, 2007; Veloso, 2012). Em 2011, o Decreto nº 14. 594/11 regulamentou o processo de licenciamento integrado de empreendimentos e atividades de impacto urbanístico. Este decreto surge pela necessidade de aprimorar os processos de gestão interna e agilizar o processo de licenciamento na capital (Castriota and Veloso, 2015; Schvarsberg *et al*, 2016). Segundo Silva (2017), o exemplo de Belo Horizonte demonstrou que um sistema de LA estruturado e integrado pode ser o caminho para o desenvolvimento e aplicação dos instrumentos de avaliação urbana-ambiental nos municípios que ainda não implementaram essas rotinas na sua gestão, mesmo que existam leis específicas.

A literatura aponta, ainda, que a formação de uma equipe multidisciplinar, tanto para elaboração como para análise do EIV, pode apresentar avanços no licenciamento integrado e na análise dos processos por parte dos municípios (Tomanik and Falcoski, 2009; Chamié, 2010; Pegoraro, 2010; Rosa, 2012; Veloso, 2012). Alguns aprimoramentos envolvem: orientações mais claras e sistematizadas aos profissionais que elaboram os estudos por meio de fluxogramas integrados; formação de equipes técnicas conjuntas de análises e criação de novos marcos regulatórios. O protagonismo do Estado, a capacitação de agentes sociais e a ampliação de espaços de debate, também são questões consideradas estruturantes, além da organização de ações integradas entre universidades e gestão municipal (Peres and Cassiano, 2019).

Em municípios que realizam o LAM, ainda existe insegurança jurídica por parte de gestores municipais e empreendedores, em relação aos limites e fronteiras entre EIV e o LAM, bem como seus instrumentos, como o EIA. Alguns autores apontam a urgência da criação de orientações, diretrizes e procedimentos conjuntos, capazes de abordar os dois instrumentos (Prestes, 2006; Perez, 2008), principalmente “quanto à desnecessária repetição de informações nos documentos técnicos apresentados e à morosidade das etapas de análise e deliberação sobre os pedidos de licença” (Merícia, 2018).

Ainda que apontem sugestões de aperfeiçoamentos, os estudos destacam que, as relações entre EIV e LAM têm sido pouco eficazes nas práticas das gestões municipais. Uma das causas é a forma isolada como ainda são tratados dentro da administração municipal e, na maioria das vezes, sem levar em conta os anseios da sociedade (Boratti, 2008; Tomanik, 2008; Chamié, 2010). Por apresentarem trajetórias históricas distintas, se faz necessária e urgente a articulação entre os procedimentos de licença urbanística e ambiental, e dos instrumentos que as antecedem, para não continuar persistindo em procedimentos de gestão que já se apresentaram ineficazes para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. O desafio consiste na busca de soluções que superem a visão fragmentada das análises, resultando em uma decisão mais ampla e abrangente (Rolnik, 2004).

Embora o EIV não resolva todos os gargalos presentes nos processos de LU e LAM, este, se for conduzido de modo prévio, integrado e participativo, tem o potencial de aperfeiçoar a gestão ambiental territorial, representando uma mudança na condução das políticas urbanas implementadas nas cidades brasileiras, inserindo importantes aspectos ambientais (Hoshino *et al*, 2014; Campos, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises da literatura sobre Estudo de Impacto de Vizinhança, apontam para uma maior necessidade de articulação das suas etapas com as do Licenciamento Ambiental Municipal. Propostas de elaboração de fluxogramas integrados, criação de comissões multissetoriais para diretrizes conjuntas de análise de projetos, além de consolidação de novos marcos regulatórios urbanístico-ambientais integrados vêm sendo feitas, visando a ampliação da capacidade municipal para enfrentar interesses conflitantes de órgãos setoriais e dos agentes do mercado. A literatura também sugere a ampliação de espaços de debate sobre os instrumentos de regulação urbana e ambiental, que pode ser feita, por exemplo, pelo retorno da realização das Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais, ou da formação de redes e fóruns conjuntos entre universidades, municípios e instituições nacionais que atuam no fortalecimento da gestão local.

No âmbito dos objetivos deste trabalho, ressalta-se que pesquisas de revisões de literatura possuem algumas limitações metodológicas. Uma delas refere-se às constantes atualizações dos planos diretores, das leis específicas ou dos procedimentos de licenciamento, que podem sofrer modificações conforme mudanças nas gestões municipais ou por interesses públicos e privados. Esse é, portanto, um trabalho constante e contínuo que pode ser desdobrado em futuras pesquisas.

Conclui-se que o aprofundamento do debate sobre as integrações possíveis entre a regulação urbana e ambiental requer pensar melhores aprimoramentos científicos e metodológicos, sem perder de vista a multiplicidade de escalas territoriais e de dinâmicas urbanas. Desse modo, quanto mais as modalidades de licenciamento (urbanística e

ambiental) e seus estudos e instrumentos estiverem integrados, mais favorável torna-se a reflexão sobre os modelos de ocupação dos territórios, sobre a compatibilização para a prevenção e mitigação dos impactos ambientais urbanos e para o controle social.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2018/24661-0.

REFERÊNCIAS

- Abreu, E. L. and Fonseca, A. (2017). Análise comparada da descentralização do licenciamento ambiental em municípios dos estados de Minas Gerais e Piauí. **Sustentabilidade em Debate**, 8 (3), Brasília , pp.167–180. [Online]. Available at: doi:10.18472/SustDeb.v8n3.2017.21891.
- Abreu, E. L., Santilli, C. A. and Peres, R. B. (2019). Regulação e aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no município de Jundiá-SP. In: **Anais do X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. X. 2019. Fortaleza : IBEAS. pp.1–9. [Online]. Available at: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2019/V-054.pdf>.
- Araújo, R. P. Z. and Campante, A. L. G. (2017). Estudo de Impacto de Vizinhança: questões e desafios de sua implementação. Reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. 2017. São Paulo . pp.1–20.
- Bacellar, G. B. (2016). **Estudo de impacto de vizinhança e avaliação ambiental urbana: o caso de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Recife : UFPE.
- Barreiros, M. A. F. and Abiko, A. K. (2016). Avaliação de impactos de vizinhança utilizando matrizes numéricas. **Ambiente Construído**, 16 (3), Porto Alegre , pp.23–38. [Online]. Available at: doi:10.1590/s1678-86212016000300090.
- Boratti, L. V. (2008). **Aspectos teórico-jurídicos do risco ambiental no espaço urbano**. Dissertação, Florianópolis : UFSC.
- Caetano, F. and Rosaneli, A. (2019). A paisagem no Plano Diretor Municipal: uma reflexão sobre sua referência na legislação urbanística dos municípios paranaenses. **EURE (Santiago)**, 45 (134), pp.193–212. [Online]. Available at: doi:10.4067/S0250-71612019000100193.
- Campos, B. A. de. (2005). **Diretrizes para análise de impacto em meio urbano baseadas em Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Florianópolis : UFSC.
- Campos, G. (2018). O Estudo de Impacto de Vizinhança como Instrumento de Democratização da Ocupação Urbana e Qualificação da Gestão Pública Municipal. In: **Desafios do planejamento urbano no século XXI: Políticas públicas, democracia, economia e moradia**. Rio de Janeiro : Editora Lumen Juris. pp.211–238. [Online]. Available at: doi:10.1017/CBO9781107415324.004.
- Cassiano, A. M. and Peres, R. B. (2016). Diretrizes E Critérios Para a Regulamentação E Implementação Do Estudo De Impacto De Vizinhança (EIV) No Município De São Carlos, Sp. In: **7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional,**

Integrado e Sustentável - Contrastes, Contradições e Complexidades. 2016. Maceió : Anais... p.12. [Online]. Available at: doi:10.1175/2008JCLI2137.1.

Castriota, L. B. and Veloso, L. F. (2015). As possibilidades de um instrumento: O Estudo de Impacto de Vizinhança e sua utilização em Belo Horizonte. **Revista Cidades**, 12 (20), pp.281–305.

Chagas, S. S. (2019). **Agentes e produção do espaço urbano na legalização e na aplicação de instrumentos de avaliação de impactos urbanísticos: O caso de Londrina-PR.** Dissertação (Mestrado em em Arquitetura e Urbanismo), Maringá : UEM.

Chagas, S. S. and Cordovil, F. C. de S. (2019). **O Estudo de Impacto de Vizinhança e a atuação do Ministério Público: O caso do Loteamento Colinas do Alegre, São João da Boa Vista-SP.** Belo Horizonte : Editora Poisson. [Online]. Available at: doi:10.5935/978-85-7042-073-2.

Chamié, P. M. B. (2010). **Contexto histórico, sob o enfoque urbanístico, da formulação e legalização do estudo de impacto de vizinhança.** Dissertação de mestrado, São Paulo : USP. [Online]. Available at: doi:10.11606/D.16.2010.tde-14062010-151018.

Colzani, P. T. and Polette, M. (2017). Os desafios do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para a sustentabilidade urbana. In: **Governança Ambiental e Sustentabilidade.** Alicante : Instituto Universitario del Agua y las Ciencias Ambientales. pp.62–80.

Costa, H. S. de M. (2008). A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: **Planejamento urbano no Brasil: Trajetória, avanços e perspectivas.** Belo Horizonte : C/Arte. pp.80–92.

Duarte, C. G., Dibo, A. P. A. and Sánchez, L. E. (2017). O que diz a pesquisas acadêmica sobre o licenciamento ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no Brasil? Uma revisão bibliográfica de artigos científicos. **Ambiente & Sociedade**, 20 (1), pp.245–278. [Online]. Available at: doi:10.1590/1809-4422asoc20150268r1v2012017.

Freire, G. J. de M. (2015). **O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e seu potencial como instrumento de planejamento urbano.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Belo Horizonte : UFMG. [Online]. Available at: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9ZPFXM>.

Hoshino, T. de A. P., Wütrich, F., Jacobovski, A., Faggion, A., Becher, J. and Auler, M. M. (2014). **Do Estudo de Impacto de Vizinhança e de sua impostergável regulamentação e implementação no Município de Curitiba: análise comparativa e recomendações.** Nota Técnica : Projeto Cidade em Debate (UFPR/UP/MPPR).

Júnior, M. R. V. and Corrêa, R. do S. da S. (2018). Instrumentos do Planejamento Urbano: Considerações acerca do Estudo de Impacto de Vizinhança. In: **1º Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade.** 2018. Gramado . pp.1–4.

Marques, J. da S. (2010). **Estudo de impacto de vizinhança: uma análise crítica feita por meio dos relatórios de impacto de vizinhança apresentados no DF.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Brasília : UNB. [Online]. Available at: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7366>.

Merícia, E. J. de. (2018). **Estudo de Impacto de Vizinhança: diferentes experiências de regulamentação e aplicação em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/ MG.** Dissertação de mestrado, Ouro Preto : UFOP.

Monte-Mór, R. L. de M. (2008). Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: Costa, Geraldo Magela; Mendonça, J. G. de (Ed). **Planejamento urbano no**

Brasil: Trajetória, avanços e perspectivas. C/Arte. pp.31–65.

Moreira, M. A. de M. (2007). **Legalidade e legitimidade no Licenciamento Ambiental de empreendimentos de impacto de iniciativa do poder público municipal em Belo Horizonte.** Dissertação de mestrado, Belo Horizonte : UFMG.

Nascimento, T., Abreu, E. L. and Fonseca, A. (2020). Decentralization of Environmental Licensing and Impact Assessment in Brazil: Literature and Regulatory Reviews. **Ambiente & Sociedade**, 23, São Paulo , pp.1–22. [Online]. Available at: doi:10.1590/1809-4422asoc20180266r2vu202011ao.

Paulo, J. de M. (2017). **Análise de Estudos de Impacto de Vizinhança e aplicação de termo de referência nos municípios de Araucária, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.** Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente Urbano e Industrial), Curitiba : UFPR.

Pegoraro, D. B. (2010). **A implementação institucional do Estudo de Impacto de Vizinhança e as práticas consolidadas de outros estudos de impacto.** Dissertação de mestrado, Porto Alegre : UFRS.

Peres, R. B. and Cassiano, A. M. (2017). Inter-relações entre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Estudo de Impacto Ambiental (EIA): perspectivas e contribuições às políticas públicas ambientais urbanas. In: **XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. 17 (1). 2017. São Paulo . pp.1–20. [Online]. Available at: <http://www.anpur.org.br/ojs/index.php/anaisenapur/article/view/1568>.

Peres, R. B. and Cassiano, A. M. (2019). O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: avanços e desafios à gestão ambiental urbana. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, Curitiba : PUCPR., pp.1–15. [Online]. Available at: doi:10.1590/2175-3369.011.e20180128.

Perez, F. de M. (2008). **Regime jurídico do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.** Dissertação (Mestrado em Direito), São Paulo : PUC-SP.

Pilotto, A. S., Santoro, P. F. and Freitas, J. C. De. (2013). Estudo de Impacto de Vizinhança: desafios para sua regulamentação frente ao caso de São Paulo. In: **VII Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico**. 2013. São Paulo . pp.1–20.

Prestes, V. B. (2005). Plano Diretor e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). **Revista de Direito Ambiental**, 37, pp.80–95. [Online]. Available at: http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/vanesca2-pd-eiv.pdf.

Prestes, V. B. (2006). Plano Diretor, Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV): um diálogo. **Revista de Direito Ambiental**, 42 (abr/jun), pp.241–258.

Reis, R. F. dos. (2009). EIA e EIV: Uma abordagem teórica e normativa. In: **Simpósio de Pós-graduação em Engenharia Urbana**. 2009. Maringá . pp.1–11. [Online]. Available at: http://www.dec.uem.br/eventos/ii_simpgeu/arquivos/Trabalhos/72.pdf.

Riani, R. S. R. and Trindade, A. G. (2015). Relação Porto e Cidade: Estudo de Impacto de Vizinhança nas Instalações Portuárias na Cidade de Santos/SP. In: **XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI**. 2015. Belo Horizonte . pp.522–539.

Rolnik, R. (2004). Plano Diretor e Estudo de Impacto de Vizinhança. In: **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília : Ministério das Cidades: CONFEA. pp.112–125.

- Rolnik, R., Schasberg, B. and Pinheiro, O. M. (2005). **Plano diretor participativo**. Brasília : Ministério das Cidades.
- Rosa, A. M. da. (2012). Estudo de Impacto de Vizinhança: perspectiva de aplicação nos licenciamentos ambientais na cidade de Porto Alegre (RS). **Revista Atitude**, (11), pp.83–90.
- Sampaio, L. (2005). **Estudo de Impacto de Vizinhança: sua pertinência e delimitação de sua abrangência em face de outros estudos ambientais**. Monografia de Especialização, Brasília : UNB.
- Schvarsberg, B., Martins, G. C. and Cavalcanti, C. B. (org. . (2016). **Estudo de Impacto de Vizinhança: Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação**. Brasília : Universidade Federal de Brasília.
- Silva, M. dos S. (2017). **Atributos de qualidade ambiental urbana como norteadores da operacionalização dos instrumentos EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança e EIA - Estudo de Impacto Ambiental**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Brasília : UNB.
- Silva, P. R. T. da. (2010). **O estudo de impacto de vizinhança à luz do Estatuto da Cidade e das normas de direito urbanístico**. Dissertação (Mestrado em Direito), São Paulo : PUC-SP. [Online]. Available at: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8990>.
- Souza, S. F. (2019). **Impacto de Vizinhança e Área de Influência Direta : Implicações na Região Metropolitana da Grande Vitória Impacto de Vizinhança e Área de Influência Direta : Implicações na Região Metropolitana da Grande Vitória**. Dissertação de mestrado, Vitória : UFES.
- Tomanik, R. (2008). **Estudo de Impacto de Vizinhança e Licenciamento Urbanístico-Ambiental: desafios e inovações**. Dissertação de mestrado, São Carlos : UFSCar.
- Tomanik, R. and Falcoski, L. A. N. (2009). Estudo de Impacto de Vizinhança e licenciamento urbanístico-ambiental integrado: incertezas e desafios da gestão municipal. In: **XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. XIII. 2009. Florianópolis : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. pp.1–20.
- Tomanik, R. and Falcoski, L. A. N. (2010). O Estudo de Impacto de Vizinhança e o Licenciamento Integrado: novas tecnologias de gestão do espaço. In: **4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS)**. 4º. 2010. Faro . pp.1–12.
- Veloso, L. F. (2012). **As Possibilidades de um Instrumento: O Estudo de Impacto de Vizinhança e sua utilização em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável), Belo Horizonte : UFMG.
- Wütrich, F. M. G. (2016). **A Aplicabilidade do Estudo de Impacto de Vizinhança no Aglomerado Metropolitano de Curitiba**. Dissertação de mestrado, Curitiba : UFPR.